



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2019-DISPENSA.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PARECER

REFERENTE: *Contratação da empresa A AMARO F DA SILVA – ME, inscrita no CNPJ nº 14.769.245/0001-92.*

VALOR GLOBAL: *R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)*

BASE LEGAL: *Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93*

Submete-se à Procuradoria Jurídica do Município a justificativa da CPL, acompanhada da proposta da Licitante acima citada, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de sistema de gerenciamento e controle do site municipal, de interesse desta Administração Pública.

Ora o art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, ampara a contratação de forma direta dispensando a realização do procedimento licitatório, quando o valor for abaixo de 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do art. 23, conforme delineado no artigo citado abaixo:

Art. 24. é dispensável a licitação:

*[...] II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
[...].*

Diante da previsão legal que ampara a contratação direta sem licitação quando for abaixo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei de Licitação, e considerando que a proposta importa em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) OPINO pela contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO da empresa A AMARO F DA SILVA – ME, inscrita no CNPJ nº 14.769.245/0001-92.

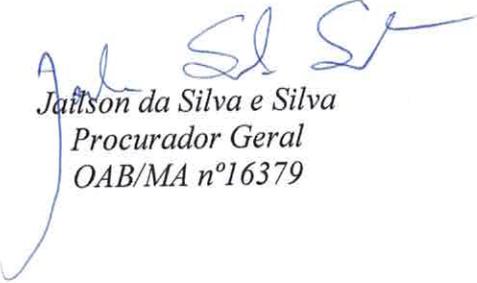
É o parecer.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Lima Campos, (MA), 28 de agosto de 2019.


Jailson da Silva e Silva
Procurador Geral
OAB/MA nº16379